



40

012

Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães*  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração nº 0174603-0/01**  
**Embargante:** José Jerônimo Henrique Pereira  
**Embargado:** ESTADO DE PERNAMBUCO

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DISPOSTAS NO ART. 535 DO CPC. EMBARGOS REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

R  
5526  
1. Os embargos de declaração constituem recurso de extremados requisitos objetivos, conforme normatização imersa no artigo 535 do Código de Processo Civil; exigindo-se, para seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento.

2. Não vislumbrando as hipóteses previstas em lei, não há como prosperar o inconformismo do embargante.

3. Embargos de declaração improvidos à unanimidade de votos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração nº 0174603-0/01, em que figura como embargante José Jerônimo Henrique Pereira e como embargado o Estado de Pernambuco.



Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

*Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães*

**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

*Acordam os Desembargadores que integram a Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia / /2010, à unanimidade de votos, em rejeitarem o recurso acima descrito, para confirmar o acórdão vergastado, julgando improvido o pedido, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.*

P.R.I.

Recife, 28/01/2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



42  
014

Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães*  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração nº 0174603-0/01**

**Embargante:** José Jerônimo Henrique Pereira

**Embargado:** ESTADO DE PERNAMBUCO

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração com efeitos infringentes opostos contra acórdão lavrado nos autos do Recurso de Apelação em apenso que, no entender do embargante, incorreu em erro material ao não dar provimento à interposição, a qual, por sua vez, objetivava a reforma da sentença que manteve incólume o ato administrativo que desclassificou o embargante do concurso da PMPE, por considerá-lo inapto no exame de saúde.

Em suas razões, de fls. 02/33, alega o embargante a ocorrência de erro material, sob o argumento de que o acórdão vergastado não poderia se basear na tese de perda de objeto da ação uma vez que ela não teve o seu mérito apreciado, pois foi extinta com fulcro no art.267, III do CPC.

Alegou, ainda, que o aresto foi omissivo, obscuro e contraditório, dentre outros motivos, por não ter indicado qual Lei dá suporte legal à eliminação de um candidato através de ato administrativo que disponha sobre doenças do aparelho genito-urinário que considere a varicocele como doença. Afirma que o ato em questão, no caso o ato nº 044/CRESEP/94 do comando geral, não tem sustentação médico-científica para justificar a incapacitação do candidato para a atividade laborativa, sendo desprovido, pois, de amparo legal.

Requer, ao final, que sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios, dando-lhe regular processamento, para sanar o erro material alegado e prequestionar a matéria versada nos autos, operando-se efeitos infringentes.

É o relatório.

Recife, 28/04/2010.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



015

43

Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães*  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração nº 0174603-0/01**

**Embargante:** José Jerônimo Henrique Pereira

**Embargado:** ESTADO DE PERNAMBUCO

**VOTO**

É cediço que os Embargos de Declaração, nos moldes do art. 535, I e II, do CPC, constituem recurso cabível para atacar eventuais obscuridades, contradições ou omissões existentes na decisão embargada.

Em regra, não possuem os aclaratórios, caráter substitutivo ou modificativo do julgado fustigado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor, dessarte, pretende-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

No presente caso, não vislumbro qualquer erro material, contradição, omissão ou obscuridade a macular a decisão ora invectivada, uma vez que, como mencionado no acórdão embargado, o encerramento do concurso em questão acarretou na perda do objeto da ação originária, já que não teria como este julgador obrigar o poder público a refazer as demais etapas do concurso única e exclusivamente para o embargante.

Tais justificativas tornam inócuas as demais argumentações feitas pelo embargante uma vez que a existência da mencionada perda do objeto da ação implica na ocorrência de falta de interesse de agir devendo, pois, o processo ser extinto sem apreciação do mérito.

Assim, considerando que o objeto da ação é a pretensão e não havendo mais como esta ser obtida, não possui a parte o requisito essencial para o prosseguimento de qualquer demanda processual que é o interesse de agir, em face da inutilidade da provocação judicial.

Portanto, o acórdão foi bastante claro nas suas razões que justificaram o improvimento do referido recurso de apelação, de modo que o mero descontentamento da parte não tem por finalidade tornarem cabíveis os embargos de declaração, visando modificação do julgado, excepcionalmente, admitida pelo ordenamento processual.



016  
44

Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

*Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães*

**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

A matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, contudo de maneira contrária à parte ora embargante, que, de forma reiterada, trouxe questões alheias às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o nítido propósito de rediscutir matéria já decidida.

Se porventura pretende o embargante modificar o aresto hostilizado, almejando que lhe seja conferida solução diversa, este poderá se valer de outros instrumentos legais postos à sua disposição, não encontrando amparo o reexame ora postulado, em sede de embargos de declaração.

Em face do exposto, não havendo qualquer ponto sobre o qual deva pronunciar-se este Egrégio Sodalício, conheço dos presentes aclaratórios tão-somente para fins de prequestionamento do teor das Súmulas 282 e 356 do STF, mas nego-lhes provimento.

É como voto.

Recife *28/01* 2010.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**